

# Nova Constituição vale daqui a 32 dias

A nova Constituição brasileira será promulgada no dia 5 de outubro próximo. A data foi anunciada ontem pelo presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), que já marcou para o dia 22 deste mês a sessão para a votação global do texto final, após a revisão da Comissão de Redação. Para a solenidade do dia 5 virão delegações dos países das três Américas, além de Portugal e demais países de língua portuguesa e Espanha. O presidente da República, José Sarney, e o presidente do Supremo Tribunal Federal, Rafael Mayer, também estarão presentes.

O deputado Ulysses Guimarães explicou que, após a votação no dia 22, serão necessárias ainda mais cinco sessões, no mínimo, para a assinatura do texto pelos 559 constituintes, que na verdade têm que assinar 10 cópias, cada um. Com isso, todo o trabalho estaria concluído por volta do dia 27, restando ainda as providências finais para a grande solenidade do dia da promulgação.

O relator da Constituinte, Bernardo Cabral, que também é relator da Comissão de Redação, come-

çou ontem mesmo o trabalho da revisão, com a ajuda dos relatores-adjuntos Adolfo Oliveira (PL-RJ), José Fogaça (PMDB-RS) e Antônio Carlos Konder Reis (PDS-SC), além de assessores. O esboço deve ser concluído até o dia 8, quando então será publicado e distribuído aos parlamentares e demais integrantes da Comissão de Redação.

**Mérito**  
Nesta fase, segundo explicou Bernardo Cabral, não se permite mais a apresentação de emendas ao texto, mas apenas de "sugestões", que não podem alterar o mérito das matérias. Conforme salientou Ulysses Guimarães, são sugestões de natureza meramente racional ou de técnica legislativa.

Há necessidade de assinatura de todos os parlamentares em 10 cópias da Carta em papel especial, porque dois exemplares serão enviados ao Senado, dois à Câmara, Poder Executivo, Supremo Tribunal Federal e Arquivo Nacional. Por enquanto, esclarece Cabral, está sendo feito o trabalho "mais penoso" de revisão do texto, que consiste basicamente em corrigir "excessos de expressões, contradições na numeração de parágrafos e artigos" e possíveis erros de ortografia. Após esse trabalho, a comissão recebe o texto no dia 8 e deve se reunir no dia 13 para uma primeira apreciação em conjunto.



Ulysses e Cabral (D) já convocaram os constituintes para a votação global da nova Constituição no dia 22 de setembro

## Começa a última revisão

A Comissão de Redação, presidida pelo deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP) e que mantém no cargo de relator o deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), tem composição bastante diversificada. Treze dos seus integrantes são advogados, mas acumulam outras profissões: nove deles são também professores, dois são também jornalistas, dois também escritores e um também contador. Há ainda dois engenheiros, um médico e um militar reformado, o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), copresidente da comissão, junto com o senador Afonso Arinos.

Todos esses integrantes são parlamentares e representam os vários partidos com bancada no Congresso, mas há ainda dois assessores: um jurista, o professor José Afonso da Silva, e um filólogo, o professor Celso Ferreira da Cunha. A primeira reunião da comissão, após a votação do 2º turno, deve ocorrer no próximo dia 13.

Os membros da Comissão indicados pelos partidos são: PMDB, Bernardo Cabral (que também foi relator da Constituinte, é advogado e professor e já foi presidente da Ordem dos Advogados do Brasil; foi cassado em 1969, após o AI-5); Luiz Viana (advogado, professor e escritor, membro da Academia Brasileira de Letras, foi chefe de Gabinete Civil do ex-presidente Castelo Branco e ex-governador da Bahia); Nelson Jobim (advogado e professor, vice-presidente da OAB-RS, destacou-se como vice-líder do senador Mário Covas, a quem aca-

bou sucedendo como líder na Constituinte); Tito Costa (advogado, professor em São Bernardo do Campo, especialista em legislação eleitoral) e Ulysses Guimarães (advogado e professor, presidente da Constituinte, da Câmara e do PMDB); — PSDB: Afonso Arinos (advogado, professor, jornalista e escritor, constituinte em 1946 pela UDN); — PFL: Humberto Souto (advogado e contador, foi o maior defensor da anistia para empresários que teriam sido prejudicados pelo Plano Cruzado); — PDS: Antônio Carlos Konder Reis (advogado e economista, foi vice-líder do Governo em 1971, durante o regime militar, relator-geral da Constituição de 1967); Jarbas Passarinho (militar reformado, foi governador do Pará no período 1964-66 e serviu aos governos militares como ministro do Trabalho e Previdência Social (1967-69), da Educação e Cultura (69-74) e da Previdência e Assistência Social (1983-85); —

PDT: Vivaldo Barbosa (advogado e professor, é vice-líder do PDT e atuou nas negociações da Constituinte); — PTB: Solón Borges dos Reis (advogado, professor e jornalista); — PT: Plínio Arruda Sampaio (advogado e professor); — PL: Adolfo Oliveira (médico); — PDC: José Maria Eymael (advogado, professor e empresário); — PC do B: Haroldo Lima (engenheiro, líder do partido na Câmara e na Constituinte); — PCB: Roberto Freire (advogado, líder do partido na Câmara e Constituinte); — PSB: Ademir Andrade (engenheiro).

## Parlamentares lotam vôos

Os constituintes lotaram a maior parte dos quinze vôos que deixaram o Aeroporto Internacional de Brasília, na manhã de ontem, com destino às capitais dos Estados. O maior movimento ocorreu na ponte aérea que faz a ligação Brasília-Rio, onde foi registrado um volume de passageiros 20% maior do que o verificado na sexta-feira da semana passada.

A votação final do texto constitucional terminou na madrugada de sexta-feira. Por isso, muitos constituintes praticamente não dormiram para chegar mais cedo a seus Estados de origem. E o caso dos deputados José Genoíno (PT-SP) e Pimenta da Veiga (PSDB-MG), que chegaram por volta das 10h30 ao aeroporto.

O "jeitinho" ajudou o deputado Genoíno que, mesmo sem ter reserva, conseguiu embarcar num dos quatro vôos da Transbrasil com destino a São Paulo programados para o período da manhã. Enquanto despachava a bagagem, Genoíno falou do trabalho de elaboração da Constituição, classificando-o como "um processo rico e muito interessante". Para ele, a nova Carta conseguiu avanços no que se refere aos direitos individuais e sociais. Como pontos negativo ele aponta a manutenção do atual papel das Forças Armadas, que continuam responsáveis pela ordem interna.

**Parlamentarismo**  
Já o deputado Pimenta da Veiga só lamenta que a Constituinte

não tenha aprovado o parlamentarismo. O ex-líder do PMDB é candidato à Prefeitura de Belo Horizonte e garante que o tucano, símbolo do seu novo partido, o PSDB, decolou em Minas Gerais. Ele não conseguiu dormir depois da última sessão de votação da Constituinte e acha que será difícil fazê-lo durante o final de semana em Belo Horizonte, onde a campanha o espera.

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) não é candidato, mas passará o final de semana trabalhando por seus companheiros de partido em Florianópolis e no interior do Estado. Ele se disse "descansado" depois da longa jornada, e criticou o direito de greve e o tabelamento dos juros em 12%. Para ele, a greve "sem riscos" poderá trazer problemas futuros ao País, e o tabelamento poderá levar a uma aceleração maior da inflação.

O também senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) conseguiu acordar às 8h30 e quase duas horas depois estava no aeroporto, onde embarcou para visitar um amigo em São Paulo. Para ele, a nova Constituição instituiu a democracia no País. "Conseguimos grandes avanços, principalmente na área social". Como presidente do PMDB do Rio de Janeiro, o senador vai discutir, ainda neste final de semana, com seus correligionários, a adoção do turno único nas eleições deste ano para as prefeituras.

**Prestar contas**  
Mas houve, também, quem perdesse o avião e retardasse a chegada às bases eleitorais. Foi o que aconteceu com o deputado paulista Doreto Campanari (PMDB), que pretendia começar a "prestar contas" ao povo de Marília, no interior do Estado, ainda ontem. Para ele, as notícias que leva aos eleitores são as melhores: "fizemos uma Constituição progressista. Aliás, o País não tinha uma Constituição, mas apenas uma emenda elaborada pelos militares e que não representava a vontade do povo", disse. Todos os parlamentares que deixaram Brasília ontem sabem que o fizeram por pouco tempo. Alguns, como o senador Nelson Carneiro, voltam na próxima semana. Mas a maioria vai mesmo aguardar a convocação da Presidência da Constituinte para a votação do texto final da Constituição, marcada inicialmente, segundo o relator Bernardo Cabral, para o dia 16 de setembro.



"Jeitinho" ajudou Genoíno

## Congresso amanheceu vazio

Não poderia ser diferente. Um dia depois da sessão histórica da Assembleia Nacional Constituinte, em que foi encerrado o segundo turno de votação do "Projeto de Constituição", a "ressaca cívica" tomou conta do Congresso. O prédio ficou vazio, a circulação pelos corredores era praticamente nenhuma. Dos lobbies, nem os bottons. Movimento mesmo só na Secretaria-Geral da Mesa, onde os funcionários continuavam com o mesmo pique de trabalho para recuperar o texto que foi aprovado pelo plenário.

A limpeza do plenário envolveu apenas seis funcionários, que terminaram de recolher 10 sacos de lixo de 100 litros, só de papel picado,

por volta das 16h00. A manutenção da Câmara também trabalhou rápido para recuperar algumas cadeiras danificadas. Para encontrar um parlamentar, tinha que se procurar muito. Mesmo assim, era possível encontrar um ou outro encostado na parede, com olhos inchados pelo pouco tempo de sono e excesso de trabalho, conversando com algum jornalista.

Apesar da circulação e acesso ao prédio do Congresso estarem liberados, nem mesmo estava sendo exigido o paletó e a gravata para atravessar o Salão Verde, não havia ninguém. Mesmo assim, a segurança permanecia com o seu esquema montado, mas desta vez sem nenhum rigor.

## PT garante que assinará texto final

Todos os constituintes deverão assinar a nova Constituição. Os treze membros do Centrão que votaram contra o Projeto B continuam criticando o texto, mas não deixarão de colocar os seus nomes no texto final. O PT também já descartou a hipótese em reunião da Executiva Nacional do partido.

"Não nos resta mais nada a fazer do que assinar e cumprir a Constituição", disse o deputado Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA) ao deputado Paes Landim (PFL-PI), dois dos treze que votaram contra o Projeto B.

A proposta de Luiz Eduardo é que os integrantes do grupo façam uma declaração de voto ressaltando os dispositivos de que não gostam. Cerca de 40 deputados do Centrão, entre eles o líder do PFL, José Lourenço, já concordaram com a idéia.

**Posição**  
Amanhã, em Salvador, durante o aniversário do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, deverá ficar definida a posição do grupo, de acordo com a conversa entre Landim e Luiz Eduardo.

Votaram contra o Projeto B José Lourenço, Luiz Eduardo, Roberto Campos, Paes Landim, Gilson Machado, Ricardo Fiuza, Rita Furtado, Vieira da Silva, Levy Dias, Irapuan Costa Jr., Pedro Ceolin, Ângelo Magalhães e Francisco Carneiro.

O presidente José Sarney enviou ontem ao deputado Ulysses Guimarães, uma carta cumprimentando-o, e aos demais constituintes, pela conclusão do trabalho de elaboração do novo texto constitucional brasileiro.

Na carta, o presidente José Sarney diz que, "apesar das preocupações e dúvidas que manifestei a respeito de alguns preceitos adotados na nova Carta, coloco meus deveres de chefe de Estado e de chefe de Governo, com a consciência de que me cabe ser exemplar no respeito à Lei, acima de todas as vicissitudes, para reafirmar o meu

compromisso de primeiro servidor das leis e da Pátria".

O presidente José Sarney ainda telefonou para o deputado Ulysses Guimarães da Base Aérea — por volta de 13h30, entre a chegada de Paracatu e o embarque para Alcântara — e conversou com ele sobre o fim da Assembleia Nacional Constituinte.

A carta do Presidente da República foi entregue ao presidente da Constituinte às 17h30, pelo ministro do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, que foi até a residência oficial do presidente da Câmara dos Deputados.

### Íntegra da nota

"Brasília, 2 de setembro de 1988. Excelentíssimo Senhor Presidente, caro amigo Ulysses Guimarães.

Neste momento em que a Assembleia Nacional Constituinte conclui a votação do novo texto constitucional, quero associar-me à satisfação de todos os ilustres constituintes, cumprimentando-os pela abnegação e espírito público que lhes foi confiada pelo voto popular. Ressalto também a patriótica contribuição de Vossa Excelência para esse resultado.

Reafirmo a Vossa Excelência minha firme disposição de não poupar

esforços para que a Nova Constituição seja rápida e efetivamente implantada e que se torne o instrumento central de consolidação da democracia brasileira e plenitude do estado de Direito.

Apesar das preocupações e dúvidas que manifestei a respeito de alguns preceitos adotados na Nova Carta, coloco meus deveres de Chefe de Estado e de Chefe de Governo, como a consciência de que me cabe ser exemplar no respeito à Lei, acima de todas as vicissitudes, para reafirmar o meu compromisso de primeiro servidor das leis e da Pátria. Atenciosamente, José Sarney — Presidente da República.

# Sarney elogia e "servirá" à lei



Sarney ligou para Ulysses, da Base Aérea, cumprimentando-o pelo fim do 2º turno da Constituinte

## Regulamentação sofrerá pressões

"A palavra de ordem do presidente José Sarney é cumprir a Constituição e fazer tudo para que ela dê certo", afirmou ontem o ministro do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, depois de observar que a nova Constituição brasileira, apesar de "moderna, progressista e sintonizada com as aspirações populares", contém "certos preceitos preocupantes".

Por isso, o Governo já está articulando o seu bloco parlamentar, para atuar, "ativamente", no Congresso Nacional, durante a fase de regulamentação do Projeto Constitucional, que tem apenas 20% de seu texto automaticamente aplicáveis. Os outros 80% precisam de regulamentação.

O Governo do presidente José

Sarney já tem um levantamento completo de quantos projetos de lei terá que apresentar, e está montando, com os diversos ministros, um esquema "eficiente" para que o Executivo, "tempestivamente", apresente os seus projetos.

### Vitórias

O Palácio do Planalto tenta minimizar a derrota que sofreu na Assembleia Nacional Constituinte. Um assessor palaciano, outro dia, afirmava que as teses realmente importantes para o Governo foram vitoriosas. Ontem, o ministro Ronaldo Costa Couto argumentou que "a Assembleia Nacional Constituinte considerou diversos pontos levantados pelo Governo".

Lembrando alguns: o sistema de Governo, com a vitória do presidencialismo; e o mandato, quando

a Constituinte garantiu cinco anos para o presidente José Sarney. Também a anistia fiscal que, se fosse aprovada, representaria para o Governo um prejuízo de 840 bilhões de cruzados, segundo o ministro do Gabinete Civil.

Mas isso não compensa a perda que o Governo sofreu, principalmente de poder, com a aprovação da reforma tributária, que tornou mais fortes os governadores e os prefeitos, mudando o perfil da Federação brasileira.

O Governo perdeu poder, também em relação ao Congresso Nacional. O ministro Ronaldo Costa Couto observou, nesse caso, que "acabou o presidencialismo imperial, e temos agora um presidencialismo mais clássico", com o Legislativo mais forte. (Celson Franco)

## "Um texto ditatorial"

□ Nos EUA, observadores criticam o detalhamento

Paulo Francis de Nova Iorque

O Washington Post descreveu a Constituição brasileira como uma "curiosidade", comentando sagazmente que povo algum pode ter sua vida regulada de maneira tão minuciosa e restritiva pelo governo, exceto em ditaduras. E "ditatorial" é a palavra que mais se ouve dos observadores familiarizados com a História do Brasil.

Deve-se dar um desconto de incompreensão por parte dos americanos e de estrangeiros, em geral, gente acostumada a outro conceito de Constituição. A Constituição inglesa, por exemplo, não está sequer escrita. É a soma de decisões ao longo de uma História milenar, decisões que foram tomadas em face de crises em que não raro jorrou sangue, reis foram assassinados e exilados. É uma Constituição ditada pela tradição, hábito e experiência.

A Constituição americana define a forma de governo, suas atribuições específicas, os direitos do cidadão e suas responsabilidades. Tem 4 artigos, 10 emendas básicas (a "Carta de Direitos") e, ao longo de uma História de mais de 200 anos, 26 emendas foram acrescentadas, todas, sem exceção, em resposta a problemas e realidades de que o país e os cidadãos não poderiam fugir. A emenda 13, por exemplo, de 1865 é a que tem o texto mais longo, pois foi redigida depois da hecatombe da guerra entre os Estados, acrescentando, de essencial, a libertação dos negros, cuja cidadania, em linguagem sutilmente eufemista, havia sido omitida dos 4 artigos originais e da "Carta de Direitos".

### Como Ionesco

Já a Constituição brasileira lembra mais uma peça célebre de Ionesco, comment pour se de-

barasser, em que um cadáver aparece misteriosamente numa casa burguesa, cujos moradores resolvem ignorá-lo e continuar suas vidas normais, mas, todo dia, o cadáver cresce mais um pouco, a ponto que ocupa a casa toda e impede as pessoas de se moverem.

O Brasil é um País grande, pobre, atrasado e desgovernado. Agora, com a Constituição votada em Brasília, é também um país que será crivado de ridículo universal. É impossível levar a sério este documento Frankenstein, sem pé nem cabeça, que tabela juros, anistia devedores, cria direitos irrealistas, e de um jingoísmo extremo e odioso, com isto oficializando o contrabando no Brasil, porque os bem de vida não serão privados do que lhes está proibido no papel.

É evidente que uma Constituição deve ser uma carta de princípios básicos e que o resto pode ser determinado por ação executiva, legislação ordinária e decisões judiciais. Mas a maioria dos constituintes, isolados na totalitária Brasília, "terra de ninguém", sem sofrer a crítica da mídia e opinião pública das grandes cidades, entregou-se a uma orgia de disparates, tentando servir a todos os grupos de interesses que lhes podem render votos, e produzindo esta grotesquerie que mais parece uma cartilha de comportamento infantil do que uma Carta Magna.

Mas pagarão caro. Afinal, são tão ilegítimos como Sarney, que foi eleito vice-Presidente por um arranjo ditatorial e passou a Presidente por um descuido típico da medicina brasileira. Os constituintes foram eleitos na esteira das fantasias de prosperidade e estabilidade do Plano Cruzado. Este foi desfeito antes que houvesse contagem oficial dos votos... E eles serão postos para fora pelo eleitorado, na primeira oportunidade.